



A PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DO DIREITO AGRÁRIO E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR ALIMENTÍCIO NO ESTADO DE RORAIMA

Bianca Soares Martins da Costa¹

Samily Leite Ribeiro²

Resumo: O presente resumo tem como objetivo principal estabelecer um paralelo substancial e significativo entre os pilares da segurança alimentar, firmemente estabelecidos na Constituição Federal de 1988, com a abrangente responsabilidade do Estado, com uma visão panorâmica que abarca o intrincado cenário dos potenciais agroeconômicos do estado de Roraima. Esta análise tem como propósito primordial oferecer uma perspectiva ampla sobre a união entre o dever do Estado em garantir a alimentação adequada à população e as oportunidades latentes no contexto agrícola e econômico de Roraima como meios eficazes de mitigar os desafios que envolvem a segurança alimentar no referido estado.

Palavras-chave: Segurança alimentar, agronegócio, exportação, políticas públicas.

Abstract: The present summary aims primarily to establish a substantial and meaningful parallel between the pillars of food security, firmly enshrined in the Federal Constitution of 1988, and the comprehensive responsibility of the State, with a panoramic view that encompasses the intricate landscape of the agro-economic potential of the state of Roraima. This analysis has the primary purpose of providing a broad perspective on the nexus between the State's duty to ensure adequate nourishment for the population and the latent opportunities within the agricultural and economic context of Roraima as effective means to mitigate the challenges surrounding food security in the aforementioned state.

Keywords: Food security, agribusiness, exports, public policies.

INTRODUÇÃO

O investimento no agronegócio da produção de grãos no estado de Roraima configura a principal forma de crescimento econômico da região, são recorrentes as estratégias para impulsionar as pesquisas, o melhoramento genético e a inovação em tecnologias. A economia roraimense se baseia no plantio de arroz, soja e milho que são produzidos nas áreas do lavrado e nas margens dos rios Branco, Tacutu, Uraricoera e Cauamé. Em contrapartida à demasiada produção de alimentos do estado, dados do Inquérito Nacional Sobre Segurança Alimentar afirmam que aproximadamente 63% da população roraimense tem dificuldades para comer.

¹ Acadêmica de Direito da Universidade Federal de Roraima (biancasoares814@gmail.com).

² Acadêmica de Direito da Universidade Federal de Roraima (samilyrbr@gmail.com).





Sob essa ótica, deve-se considerar que, como está previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, a alimentação de qualidade é um direito social fundamental para a garantia da sobrevivência bem como da dignidade dos seres humanos. No entanto, apesar dessa previsão constitucional, o que se observa no cenário hodierno são situações de exclusão social de determinadas classes e a falta de políticas estatais que visem à diminuição das desigualdades. Diante disso, é imprescindível ressaltar que a desvinculação da justiça social perante a produção alimentar gera a prática de uma agricultura irresponsável e conseqüentemente dificulta a garantia da dignidade alimentar.

OBJETIVOS

O presente resumo tem por finalidade expor uma análise sobre os entraves que corroboram com a insegurança de alimentos no estado de Roraima, em destaque o processo de agroexportação e supervalorização da economia frente a dignidade da pessoa humana. Ademais, busca-se descrever como formas de intervenção estatal amenizariam esse cenário de fome e desigualdade social, e ainda, destacar qual o papel do Direito Agrário nesse processo.

METODOLOGIA

O estudo apresentado consiste em uma pesquisa de caráter científico que, através de uma análise bibliográfica e descritiva de materiais disponíveis no acervo mundial da internet, objetiva relacionar os aspectos do Direito Agrário perante aos problemas derivados do meio rural, em destaque a segurança alimentar no estado de Roraima.

Frente aos dados e informações coletadas, foi feita uma discussão e posteriormente um levantamento acerca da importância da representação dos direitos humanos no meio rural à luz do Direito Agrário. Nesse sentido, com o enfoque na segurança alimentar, desenvolve-se uma linha de pesquisa que destaca como os interesses políticos e econômicos tornam a produção de alimentos prejudicada ao descartar as necessidades fundamentais dos seres humanos.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Durante a Antiguidade, a hegemonia de terras era um fenômeno frequente uma vez que a posse de terras era vista como sinônimo de riqueza e poder, o que refletia em um cenário em que a uma minoria, a nobreza, tinha posse de extensas porções de terra enquanto os pequenos produtores rurais viviam em condições deploráveis de trabalho. O Direito





Agrário, que ainda não era considerado um ramo da ciência do Direito, se vinculava apenas a interesses lucrativos e privados, marginalizando as responsabilidades sociais que tinha com a população daquela época.

Ademais, após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Direito Agrário amplia seus panoramas e passa a exercer uma responsabilidade social, abrindo o campo de visão para não somente para responsabilidades lucrativas, contratuais e de posse, mas também para uma preocupação social em tópicos como a garantia da segurança alimentar, do trabalho digno, da integridade ambiental, entre outras. Nesse sentido, a noção de seguridade alimentar passa a se vincular à ideia de capacidade de cada país na produção de alimentos e o abastecimento adequado.

No entanto, mesmo com a evolução do Direito Agrário, o fenômeno da insegurança alimentar hodiernamente provém de diversos fatores, o mais comum é o processo de proteção de grandes empresas produtoras de alimentos. O que se tem observado no estado de Roraima é um recorde no volume de exportações, o qual atingiu, em 2022, a marca de US\$32,9 milhões de mercadorias exportadas. Esse fator contribui diretamente com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e desenvolvimento econômico do estado. Entretanto, ao analisar em termos de garantia de alimentos para a população que reside nesses locais, nota-se um paradoxo, uma vez que, apesar da imensa produção alimentícia, significativa parcela dos habitantes não possuem acesso a refeições adequadas e regulares. Somado a isso, há o impacto de produtos importados que recebem elevados subsídios e afetam essencialmente a pequena agricultura.

É imprescindível destacar que essa lógica de mercado voltada para exportação colabora com o aumento do preço dos alimentos vendidos localmente. Isso ocorre porque os produtores locais aumentam seus preços proporcionalmente às transações comerciais internacionais, em especial em dólar, para buscar a maximização do lucro. Nessa perspectiva, o valor elevado dos alimentos não ocorre em razão da falta de produção, mas sim pela desigualdade de distribuição. Renata Motta, pesquisadora na Universidade Livre de Berlim, afirma: “Compra quem pode. No Brasil e no mundo, temos uma produção de alimentos suficiente para alimentar a população inteira e temos a fome, por que ela é uma questão de desigualdade.”





Sob esse prisma, percebe-se que o modelo vigente de comercialização de alimentos configura-se como inadequado tanto pela não garantia de alimentos suficientes para a população, como por aumentar os níveis de miséria, pobreza e desigualdades sociais. Assim, surge a necessidade de que a produção agrícola seja vista além de percepções comerciais. São imprescindíveis reformas no modelo de comércio internacional agrícola, sendo elas uma maior intervenção estatal por meio de políticas públicas, visando a oferta adequada de alimentos, a estabilidade dessas ofertas, a garantia do acesso aos alimentos ofertados, e ainda, o combate das desigualdades sociais e do lamentável cenário da fome.

Levar os direitos econômicos, sociais e culturais a sério implica, ao mesmo tempo, um compromisso com a integração social, a solidariedade e a igualdade, incluindo a questão da distribuição de renda. Os direitos sociais, econômicos e culturais incluem como preocupação central a proteção a grupos vulneráveis. [...] As necessidades fundamentais não devem ficar condicionadas à caridade de programas e políticas estatais, mas devem ser definidas como direitos. [Piovezan, 2007, p.26]

É notório, que o setor do agronegócio é, atualmente, uma das maiores porcentagens do Produto Interno Bruto (PIB), do Brasil. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), obteve um aumento significativo de 8,36% em 2021.

Isso, em vista das enormes fragilidades e dificuldades encontradas pelos produtores rurais, dentre elas tem destaque a infraestrutura (estradas, ferrovias, hidrovias, portos, armazenagem), insumos, alto custo de produção, entre outros.

No contexto local, essas fragilidades estão bem presentes. Ressaltando a enorme importância do direito agrário juntamente com as políticas públicas estarem atentos e propor meios de ajudar não só os produtores rurais mas a economia do estado e consequentemente a do país. Em 2021, houve a criação de um crédito, chamado “Crédito Instalação” para famílias agricultoras, que consequentemente possibilitou para mais de 41 famílias assentadas da reforma agrária investimento para desenvolvimento rural e de renda.

“O Apoio Inicial é uma das modalidades de crédito disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para auxiliar os pequenos agricultores na produção de alimentos e na geração de renda. Com o recurso, eles podem comprar alimentos, bens duráveis de uso doméstico e equipamentos a serem utilizados na produção”. [Boa Vista (Roraima), 2022].





Ademais, mesmo com esse investimento no setor agrícola, o estado roraimense em 2022 ainda enfrenta uma grande porcentagem de insegurança alimentar como apresentado inicialmente. Portanto, destaca-se a necessidade de programas como a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), criada em 1990, a qual é formada pela junção de três empresas públicas com a mesma finalidade, que é a gestão e execução das políticas públicas no país. A Conab também tem como função administrativa o PAA (Programa de Aquisição Alimentar), que resumidamente tem como objetivo a autossuficiência. Diante dessa perspectiva, é notório a importância dessas políticas públicas que não são somente focadas no enriquecimento do capital agrário mas na autossuficiência alimentar local para o combate da insegurança alimentar.

“Por meio do PAA-RR, o Governo de Roraima incentiva a Agricultura Familiar e promove inclusão social beneficiando a população mais carente com acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade”, destacou o secretário Emerson Baú (SALES, 2022).

O programa de Aquisição Alimentar no estado de Roraima, em 2022 entregou cerca de 153 toneladas de alimentos. Promovendo o combate à insegurança alimentar, inclusão social e a economia do estado conforme confirma os secretários e coordenadores do projeto.

“Para o alcance deste objetivo, o governo compra alimentos produzidos pela Agricultura Familiar e Indígena - com dispensa de licitação - e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino”, comentou Yoná Suanny, coordenadora do projeto (SALES, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a execução de leis, programas e iniciativas no setor agropecuário do estado de Roraima, vai muito além do ponto de vista econômico. Deve-se deixar de lado a visão ultrapassada e conservadora do Direito Agrário somente para interesses econômicos e privados. Esse pensamento positivista corrobora a insegurança alimentar, a desigualdade, como apresentado no presente resumo.

Assimilado como um direito humano fundamental, a falta da segurança alimentar apresentou-se muito presente no estado de Roraima, visto que o conceito de segurança alimentar vai além da qualidade do produto, engloba o acesso da população ao alimento.





Entretanto, para a garantia desse direito depende indiscutivelmente do Estado, através de políticas públicas.

Por fim, o potencial agropecuário de Roraima pode ser primordial não só no crescimento econômico do estado, e conseqüentemente do país, mas no combate dos problemas sociais enfrentados, podendo ser protagonista na segurança alimentar através de programas autossuficientes, gerar empregos dignos melhorando as condições de vida, isso tudo tendo o Direito Agrário tendo sua visão expandida na visão contemporânea e tendo a intervenção estatal com a finalidade da garantia dos direitos.

REFERÊNCIAS

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277 p. ISBN 978-85-7983-014-3. Disponível em:

<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/legislacao/livros/AS%20INTERFACES%20DO%20DIREITO%20AGRARIO%20E%20DOS%20DIREITOS%20HUMANOS%20E%20A%20SEGURANCA%20ALIMENTAR.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

Oliveira, Celso. **Segurança alimentar e multifuncionalidade da agricultura: as interfaces com o direito agrário contemporâneo**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=32cd0b3cfed084c5>. Acesso em: 03/10/2022.

PORTAL RORAIMA 1. **Insegurança alimentar atinge 63% da população de Roraima, indica estudo**. Roraima 1, 18 set. 2022. Disponível em: <https://roraima1.com.br/2022/09/18/inseguranca-alimentar-atinge-63-da-populacao-de-roraima-indica-estudo/>. Acesso em: 29 set. 2022.

Folha BV. **Roraima bateu novo recorde nas exportações em 2021**. Folha BV, 29 set. 2022. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/ECONOMIA/Economia/Roraima-bateu-novo-recorde-nas-exportacoes-em-2021/83416>. Acesso em: 29 set. 2022.

NOGUEIRA, Pablo. **Sucesso na exportação de alimentos é uma das causas de alta no custo da comida no Brasil**. Jornal da Unesp, 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/05/02/sucesso-na-exportacao-de-alimentos-e-uma-das-causas-de-alta-no-custo-da-comida-no-brasil/>. Acesso em: 02/10/2022.

SALES, Michel. **Em um mês: PAA Roraima entrega mais de 153 toneladas de alimentos**. Portal Governo de Roraima, 2022. Disponível em: [http://EM UM MÊS | PAA Roraima entrega mais de 153 toneladas de alimentos \(portal.rr.gov.br\)](http://EM UM MÊS | PAA Roraima entrega mais de 153 toneladas de alimentos (portal.rr.gov.br)). Acesso em: 02/10/2022.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: IAF, 2017. 154 p.

CAUME, David. **Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar**. Disponível em: [Vista do Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar \(ufg.br\)](Vista do Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar (ufg.br)). Acesso em: 03/10/2022.





Boa Vista (Roraima). Governo do Brasil. **CRÉDITO INSTALAÇÃO - Recurso chega a 41 famílias de assentados em Roraima.** 01 abril 2022. Disponível em: [CRÉDITO INSTALAÇÃO - Recurso chega a 41 famílias de assentados em Roraima \(irib.org.br\)](https://www.tribunaonline.com.br/credito-instalacao-recurso-chega-a-41-familias-de-assentados-em-roraima). Acesso em: 03/10/2022.

